



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS
MASSAS

Órgão do Partido
Operário Revolucionário

☎ (11) 95446-2020

Nº 31 - 7/9/2025



Manifesto do Partido Operário Revolucionário,
seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

À classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida,
**Centrais, sindicatos, movimentos e organizações
políticas que defendem a soberania nacional e a
expulsão dos Estados Unidos da América Latina
têm o dever classista e revolucionário de erguer a
frente única anti-imperialista**

- Está claro que a burguesia nacional se encontra amarrada sob o domínio das potências imperialistas;
- A ultradireita e a direita burguesas que se expressam por meio dos partidos oligárquicos já demonstraram direta ou indiretamente que estão pelo alinhamento com o governo Trump em seu intervencionismo na América Latina;
- O cerco militar que os Estados Unidos promovem em torno à Venezuela é um atentado à soberania nacional a todos os países latino-americanos;
- O governo Lula está condicionado, em última instância, às forças políticas que se submetem ou tendem a se submeter à dominação norte-americana;
- Somente a classe operária organizada e em luta pode defender a independência nacional, apoiando-se na maioria nacional oprimida;
- O real enfrentamento da nação oprimida com a nação opressora necessariamente coloca a expropriação sem indenização e a nacionalização dos monopólios internacionais;
- Que as manifestações do dia 7 de setembro convocadas para responder aos ataques dos Estados Unidos e defender a soberania nacional sejam o ponto de partida para constituir um poderoso movimento anti-imperialista;
- Que as organizações sindicais, populares e políticas que se reivindicam da classe operária e dos demais trabalhadores convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua, em defesa do programa de reivindicações pelos empregos, salários e direitos e contra o intervencionismo dos Estados Unidos.

No início de agosto, Trump confirmou seu objetivo de submeter o Brasil à guerra comercial e aos ditames políticos do imperialismo norte-americano. Apesar de nosso país ter sido o mais atingido pelo tarifaço, os Estados Unidos visam disciplinar e submeter o conjunto da América Latina. São claros os interesses da burguesia e do Estado norte-americano quanto à proteção de sua poderosa economia, que se acha em declínio e em decomposição. Eis por que as medidas tarifárias de Trump têm sido dirigidas a praticamente todos os países, incluindo as próprias potências europeias. É sintomático que o Brasil, a Índia e a China são os países sobre os quais os Estados Unidos descarregam o maior bombardeio comercial.

É visível que no fundo o governo norte-americano está em franca guerra comercial com a China. O desenvolvimento das forças produtivas alcançado pela China desde o final da década de 1970 - impulsionadas pelo processo de restauração capitalista - se choca com o amplo controle da economia mundial obtido pelos Estados Unidos como o grande vencedor da Segunda Guerra Mundial. Para a economia chinesa se colocar no patamar da segunda potência internacional, foi inevitável que as economias norte-americana, europeia e japonesa perdessem força e retrocedessem. Esse fenômeno constata que as forças produtivas na época do imperialismo não têm como dar um salto em seu desenvolvimento geral. O atraso econômico da China, submetido aos marcos do “socialismo em um só país”, pôde ser utilizado por um período pelo capital internacional, que se apropriou dos avanços da restauração capitalista.

Desde a crise de 2008, as potências dominantes não puderam recuperar e impulsionar suas economias. Ao contrário, a China manteve sua ascensão ainda que reduzindo o alto nível de crescimento do PIB. Os primeiros sinais de que os Estados Unidos teriam de sair a campo com a guerra comercial apareceram no governo de Barack Obama, em 2010, quando se configurou a orientação consubstanciada na “Estratégia de Segurança Nacional”. Nesse momento, os democratas reagiam à ascensão da China, quando os Estados Unidos se batiam com um grande déficit comercial e acusavam o governo chinês de se lançar à modernização militar. O fato da China não se tornar uma semicolônia dos Estados Unidos, como se esperava com o programa de restauração capitalista, o impulso extraordinário de suas forças produtivas internas colocou em rota de colisão os dois países.

Trump, sucedendo Obama, traçou o curso da guerra comercial. Em seguida, o governo democrata de Joe Biden reconheceu a China como a grande concorrente mundial. Momento em que recrudesce os antagonismos dos Estados Unidos e da China em torno a Taiwan. A guerra comercial deixou transparecer as relações de força que implicam a escalada militar.

O Brasil ganhou com o processo de restauração capitalista chinês, uma vez que se tornou um grande fornecedor de matérias-primas e de produtos agroindustriais. Os Estados Unidos foram deslocados, passando ao segundo lugar na relação comercial com o Brasil e com a vantagem de serem superavitários. Esses novos laços comerciais-econômicos colocaram a economia brasileira no centro da guerra comercial dos Estados Unidos com a China, considerando que o Brasil é a maior economia latino-americana, ao lado do México e Argentina. Em particular, o solo brasileiro abriga fartos recursos minerais e energéticos, dos quais os Estados Unidos é um dos países mais dependentes. A Venezuela se tornou um alvo do imperialismo norte-americano, sobretudo, por estar de posse da maior reserva petrolífera mundial. As gigantescas tarifas impostas ao Brasil são reflexos de uma guerra comercial mais ampla, que envolve as riquezas naturais.

Trump vem se utilizando matreiramente do caso Bolsonaro como máscara dos objetivos estratégicos

sensíveis às necessidades da economia norte-americana. O mesmo se pode dizer do movimento trumpista em torno aos carteis de narcotráfico. É imprescindível demonstrar e compreender os fundamentos econômicos e históricos da atual guerra comercial e da escalada bélica em curso. Não há dúvida de que a guerra na Ucrânia e a ocupação militar da Faixa de Gaza pelo Estado sionista de Israel evidenciam o desmoronamento da ordem mundial estabelecida sob a hegemonia norte-americana do pós-Segunda Guerra. O protecionismo dos Estados Unidos implica barrar as forças produtivas que emergiram na China.

A resposta do governo Lula com o Plano Brasil Soberano ao protecionismo trumpista se limita à defesa dos interesses particulares das empresas exportadoras. Não pode ser confundido como se fosse um instrumento de defesa da economia nacional. Essa burla tem sido utilizada pelo governo e Congresso Nacional. Não será aumentando a carga da dívida pública e assim favorecendo o capital financeiro que o país reagirá à altura do brutal ataque do imperialismo. O financiamento por parte do Estado da queda nas exportações para os Estados Unidos agrava a crise econômica interna. De forma que o Plano Brasil Soberano é a demonstração de incapacidade do governo de contrapor-se ao imperialismo com medidas de estatização e nacionalização das multinacionais norte-americanas.

Uma das consequências dessa incapacidade é a de descarregar os efeitos negativos sobre a classe operária e os trabalhadores em geral. Os capitalistas exportadores correram a demitir e a exigir do governo um plano de flexibilização da jornada de trabalho, como o governo Bolsonaro fez no período da pandemia. O subsídio de R\$ 30 bilhões calculados como ajuda aos exportadores não garantirão os empregos e a estabilidade. Tudo indica que a economia como um todo será atingida mais rápido do que se imagina. As centrais e sindicatos que correram a apoiar cegamente do Plano Brasil Soberano não fazem senão ocultar a impotência do governo de erguer o país contra os ataques dos Estados Unidos e em defesa da real soberania nacional.

Nesse 7 de setembro, convocado pelas centrais e movimentos como “Dia Nacional de Mobilização – Brasil Soberano”, a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida devem se colocar pela constituição da frente única anti-imperialista. É preciso denunciar que o Plano Brasil Soberano não é uma resposta aos Estados Unidos que atentam contra a soberania nacional. Os manifestantes tomarão a dianteira da luta anti-imperialista, se levantarem as bandeiras de expropriação e nacionalização do capital norte-americano, controle operário da produção, defesa incondicional da Venezuela e Fora os Estados Unidos da América Latina. Esse é o verdadeiro conteúdo da soberania nacional.

As centrais, sindicatos e movimentos devem convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestação de rua, sob as bandeiras de soberania nacional, defesa das condições de vida e trabalho dos explorados e por um programa de expropriação e nacionalização do capital imperialista. Um Dia Nacional de Luta pelo fim da intervenção dos Estados Unidos na América Latina. Um Dia Nacional de Luta pelo fim imediato do genocídio na Faixa de Gaza e por uma paz sem anexação para pôr fim à guerra na Ucrânia. Um Dia Nacional de Luta pela unidade da classe operária sob o programa da revolução social, contra a escalada militar e as guerras de dominação.

O Partido Operário Revolucionário (POR) convocou os explorados para a manifestação de 7 de setembro guiado pelo objetivo de organizar a frente única anti-imperialista, independente dos governos e de qualquer partido da burguesia.

Nossa tarefa estratégica: derrotar o imperialismo com o programa e os métodos de luta da classe operária!



Leiam e divulguem o Jornal Massas. É um jornal voltado à luta pela emancipação da classe operária e demais oprimidos da exploração capitalista. É um jornal do Partido Operário Revolucionário (POR) que luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade sem exploração do homem pelo homem, uma sociedade socialista. **O POR chama os trabalhadores a darem todo apoio ao Jornal Massas!**